

## **DISCURSO COMENDA DA RESISTÊNCIA CIDADÃ**

Esta é uma casa de lutas, marcada desde seu nascimento para sobreviver com gritos de vitória em todas as lutas para derrotar as ditaduras e viver sempre no esplendor da liberdade.

A Faculdade Nacional de Direito é uma casa de conflitos, divergências, lutas e contradições, como é próprio dos advogados.

Mais uma vez posso dizer, sem exageros de orador, que hoje é um dia de festa e de luta nesta Casa de Advogados plantada no seu endereço eterno: no largo do CACO.

Festa Nacional da Liberdade no dia da homenagem ao herói maior da Pátria Amada e de louvor aos militantes que nasceram politicamente nesta casa e são agraciados com a Comenda da Resistência Cidadã.

Este é um ato em que devem ser lembrados os mestres que conviveram em nosso tempo como Hermes Lima e Francisco Mangabeira, réus presos na Revolução de 1935, Pedro Calmon, o Magnífico Reitor da Universidade do Brasil, Max da Costa Santos, deputado cassado em 1964, Hélio Gomes, Haroldo Valadão, Evaristo de Moraes, Lineu de Albuquerque Melo, Hélio Tornaghi, Celso Melo, Oscar Stevenson, San Thiago Dantas e Benjamim de Moraes.

E também presentes os colegas como os antigos Presidentes do CACO, ainda vivos em nossa memória, José Carlos Brandão Monteiro e Walter Gomes, e aqui presentes o Presidente da UNE Raimundo Eirado, o Deputado Jorge Moura e o combatente Celso Soares.

Aqui sempre se ouve, entrando pelas janelas imortais, os gritos vindos de certos palácios.

Advogados, fora! Advogados, nem pensar!

Todo cuidado com advogados!

Por isso mesmo, sempre que se fala de advogados, é bom lembrar a história contada pelo nosso grande humorista, Aparício Torelly, o Barão de Itararé, que falou daquele famoso advogado da Bretanha, Ives de Lesbaupin.

Aquele advogado morreu e no mesmo instante o Senhor dos céus chamou o Porteiro de seus domínios e ordenou: “Pedro, acaba de morrer um advogado na Bretanha, chamado Ives, e, como você sabe, aqui não entram advogados. Ele não pode entrar.”

O Porteiro voltou ao seu posto e lá já encontrou o falecido advogado pedindo para entrar. Quando informado de que sua entrada era proibida, começou a argumentar perguntando se havia alguma ordem escrita, alguma lei da eternidade, algum regulamento. Pedro apenas dizia que era uma ordem do Senhor e nada mais. Não pode entrar.

O advogado sentou-se do lado de fora dos terrenos do Senhor, e ali ficou.

Passado algum tempo, puxou conversa e perguntou: “Pedro, você trabalha aqui há muito tempo? Tem contrato? Tem garantias? Ele não pode botar outro porteiro em seu lugar?”

O Porteiro tremeu, mas disfarçou, fingiu que nada ouviu. Bateu a porta. Mas foi falar com o Senhor: “Senhor, eu estou há tanto tempo neste serviço, tenho a sua confiança, acho que sou um bom servidor, mas não tenho nenhuma garantia.”

O Senhor o interrompeu: “Pedro, já sei. Você andou falando com aquele advogado. E ele vai virar sua cabeça. Traga ele para cá. Vou colocá-lo naquela sala isolada onde ele nunca mais vai poder falar com ninguém.”

O advogado Ives de Lesbaupin foi confinado na tal solitária.

Passou um tempo celestial.

Depois apareceu um novo Santo no céu. **Santo Ivo, Padroeiro dos advogados.**

Advogados são realmente perigosos e criam casos, por isso continuam na luta.

Outra história mais terrena se resume numa frase de um advogado ateu, Wladimir Ilitch Ouliânov - Lênin: “Advogados, nem os do Partido.”

Até o Diabo, quando discutiu com o vizinho do Paraíso, que reclamava porque a cerca que os dividia se movia durante a noite, ameaçado de ser processado, respondeu com uma risada diabólica: “Processar como? Você não tem advogados, todos estão do lado de cá.”

Ainda no reino do Senhor, mas no chão real e concreto da Ibéria e da França, deve-se lembrar sempre da norma que abria o **Manual dos Inquisidores**, de Frei Nicolau Emérico, no seu Capítulo I, **Sobre o Processo do Santo Ofício em Geral**:

**“Em matéria de heresia deverá proceder-se com muita simplicidade, sem linguajares de advogados e sem as grandes solenidades dos julgamentos. *Simpliciter & de plano sine advocatorum & judiciorum strepitu et figura.*”**

Napoleão Bonaparte não deixou por menos. Apesar do Código Civil. É dele um texto encontrado no arquivo de Cambacères em que rejeitava um projeto para o *Barreau* com disposição napoleônica:

**“Este decreto é absurdo; ele não deixa ação alguma contra os advogados. E eles são facciosos, artífices de crimes e traições; enquanto trazer uma espada à cinta, jamais subscreverei tal decreto; eu desejaria que se pudesse cortar a língua dos advogados que dela se servem contra o governo.”**

Mas Voltaire via melhor: o ser Advogado “é o mais belo estado do mundo.”

Na vida real do mundo moderno a coisa não é mais fácil. Na ditadura à brasileira, os advogados dos presos políticos precisavam de muita coragem e dedicação para defender seus clientes.

É preciso lembrar. Mais que nunca é preciso lembrar. Principalmente diante de estranhas nuvens negras que estão aparecendo no horizonte.

No primeiro dia de novembro de 70, bem cedo ainda, os militares prenderam em suas casas Heleno Fragoso, George Tavares, um ex-aluno desta FND, e Augusto Sússekind de Moraes Rego. Foram levados para a 4ª Subseção de Vigilância, no Alto da Boa Vista, e metidos na chamada “geladeira”, onde sofreram por três dias. Prá que? Por que? Claro, nunca foi dito.

George Tavares já havia sido preso antes, em 16 de junho de 1969, pelo Exército e ficou por alguns dias no Regimento Caetano de Farias.

Antonio Evaristo de Moraes Filho, o Evaristinho, também não escapou e ficou alguns dias no CENIMAR, centro de torturas da Marinha.

Nos tempos mais duros, Roberto Camargo, bravo ex-aluno da FND, meu camarada e colega de escritório, Presidente do Sindicato dos Advogados, advogado trabalhista que nem presos políticos defendia, mas era um bravo militante da liberdade e da advocacia, foi preso pelo DOI/CODI e por muitos dias torturado na “cadeira do dragão”, com terríveis choques elétricos, para dar os nomes dos advogados comunistas, seus companheiros de lutas permanentes. E como nada falou sofreu choques na cadeira elétrica. Solto, foi recebido na sessão do Conselho da OAB e entrou na sala capengando e amparado pelo nosso Professor Haroldo Valadão.

Outro advogado trabalhista, que também não fazia Justiça Criminal, mas era ativo militante do Partido Comunista, Afonso Celso Nogueira Monteiro, foi preso em São Paulo e levado para o interior do estado, onde foi submetido a torturas no “pau de arara” e depois de algumas semanas foi largado numa estrada deserta. Por alguma razão misteriosa conseguiu escapar da morte. Veio para o Rio e foi direto para o escritório do Modesto da Silveira. De lá foi levado para a OAB, onde foi recebido com um discurso de Miguel de Seabra Fagundes.

Modesto da Silveira foi o advogado de todos os presos da ditadura. Só defendia perseguidos políticos. Em seu escritório estavam José Quarto, Werneck Viana e Rosa Maria Cardoso. Depois, Amílcar Siqueira. Estavam em quase todas as audiências das auditorias militares e no Superior Tribunal Militar, que era nosso vizinho aqui ao lado.

Modesto foi preso numa madrugada de 1970 pelo Exército e levado para o DOI/CODI, onde ficou por alguns dias e foi solto após a ação eficiente da dupla Evaristo de Moraes/George Tavares. Rosa Cardoso esteve na Comissão da Verdade, na luta eterna pelos corpos dos desaparecidos políticos.

Um dia, ao fazer uma defesa na Auditoria do Exército, Heleno Fragoso ensinou ao Conselho de Justiça que aquele Cristo Crucificado, que estava na parede ao fundo, ali estava não por ser o chefe de uma religião, mas por ser o símbolo maior dos réus injustiçados de todos os tempos.

Os advogados dos perseguidos políticos tinham às vezes de encarar as tarefas mais estranhas.

Em um dos momentos mais duros da ditadura, o Partido Comunista preparou cuidadosamente uma reunião clandestina do seu Secretariado do Comitê Central. Era daquelas reuniões de cinco ou seis pessoas, todas candidatas a um fuzilamento sumário se fossem presas, e que demoravam semanas para serem preparadas.

Ao começar a reunião, um dos participantes, o veterano da insurreição de 1935, Ivan Ribeiro, tem um ataque cardíaco fulminante e morre. Reunião cancelada. Participantes retirados em segurança. Um advogado e um médico são chamados para as providências do enterro. O advogado do morto subversivo, acompanhado do médico que obteve a certidão de óbito, leva o morto no banco de trás de seu fusca coberto com alguns cachos de banana e o conduz são e salvo até o velório já preparado na Capela Real Grandeza. O advogado Marcelo Cerqueira inaugurou uma defesa diferente.

Tudo isso deve ser lembrado para não acontecer de novo. Principalmente diante das ameaças que pairam no ar como nuvens de uma tempestade.

Na ditadura passada este palácio de direito e de lutas foi invadido pela primeira vez naquele histórico dia 1º de abril de 1964, num episódio inesquecível por todos os motivos.

Desde cedo, estudantes e populares reunidos aqui no Largo do CACO protestavam contra o golpe militar, que estava em andamento desde a madrugada, quando foram violentamente atacados pela polícia, que explodia bombas de gás lacrimogêneo e ameaçados com tiros de metralhadoras. Os estudantes ficaram encurralados neste palácio enquanto a fumaça branca das bombas saía das janelas de todos os andares.

O prédio ao lado, onde ficava a Casa da Moeda, estava guarnecido por tanques do Exército sob o comando do Capitão Ivan Cavalcanti Proença. Verificando que os jovens estudantes estavam encurralados na Faculdade, sem armas e sem ar, mas certamente ameaçados de morte, o Capitão Proença cercou a polícia, determinou sua retirada e assumiu o comando do episódio. Libertou os estudantes e protegeu sua fuga, incluindo dirigentes do CACO, entre eles o nosso colega Celso da Silva Soares.

Pouco depois, o Capitão Ivan Cavalcanti Proença foi preso na Fortaleza de Santa Cruz e expulso do Exército.

Em outra ocasião a polícia da ditadura tentou invadir a Faculdade, mas foi impedida na portaria pelo Diretor Pedro Calmon que repeliu aos gritos: “Fora ! Aqui só entra quem passa no vestibular”.

Nesta festa de lutas que ocorre na casa de liberdade cabe enfrentar todos os males.

Lembrar da tortura, falar da tortura que foi institucionalmente aplicada durante a ditadura que o povo derrotou, para que não mais volte a existir. A tortura foi norma de governo.

E assim a tortura foi aplicada. Como sistema, como método, como norma. É bom que se diga: nunca como exceção, como erro de um subordinado. Foi parte do exercício do poder, foi a decorrência natural da violência instalada no poder, foi a última expressão da doutrina de segurança nacional.

Como confessado por muitos que participam do debate atual na imprensa, presos foram mortos nas câmaras de torturas e seus corpos foram escondidos para não serem prova dos crimes. Mas todos os criminosos de todos os tempos sabem que podem desaparecer com os corpos de suas vítimas, mas nunca puderam desaparecer com as marcas que ficaram de suas vidas.

Em entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo**, o Major Curió confessou detalhadamente a tortura e o posterior fuzilamento de 41 prisioneiros feitos pelo Exército na repressão à Guerrilha do Araguaia. E tudo, confessou também, por ordem superior. Do Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici.

Sabem também que essas marcas, como o sangue derramado, são indelévels e ficam para sempre perseguindo os algozes.

O corpo pode sumir do sepulcro, mas as marcas do rosto torturado ficam para sempre impregnadas num sudário. Some o corpo, mas resta a cruz e se projeta para os milênios.

O corpo pode ser enforcado, esquartejado e salgado e suas partes jogadas pelos caminhos de Minas, mas fica a memória da vida e do gesto para fundar uma nação.

Emiliano Zapata continua montado em seu cavalo negro, galopando pelas colinas e atirando moedas de prata para os índios do México.

A Garcia Lorca os assassinos franquistas negaram um túmulo, mas ele jaz para sempre guardado no coração da Espanha.

Os mortos sem sepultura ficam vivendo em cada consciência livre, porque o poeta Vinicius já ensinou que

“Para isso fomos feitos:  
Para lembrar e ser lembrados  
Para chorar e fazer chorar  
Para enterrar os nossos mortos -  
..... da morte, apenas  
Nascemos, imensamente.”

Ainda agora, um grande humorista de nossos dias, Bob Thaves, do New York Times, põe diante daquela severa senhora de olhos vendados e balança nas mãos um de seus personagens, que faz um comentário preocupado:

**“Eu não me importaria que ela fosse cega se os cães guias dela não fossem todos advogados.”**

Como sempre, estamos em mais um momento dessa longa luta, quando profundas reformas são impostas à legislação do trabalho e muitas outras já são anunciadas, inclusive a extinção da Justiça do Trabalho.

É mais um passo em favor dos que sempre foram exploradores nas relações de trabalho desde a escravidão.

Mas deve ser lembrado que por todo esse tempo se desenvolveu no campo do direito o permanente confronto da luta de classes com muitos choques e ferimentos.

A todo momento surgem propostas para revogar a legislação trabalhista em nome sempre de um mais democrático sistema de livre negociação.

Quando se fala das lutas, do sofrimento e das feridas que ficaram, não se pode deixar de lembrar que a música popular brasileira, como nenhuma outra forma de arte, marca os momentos da vida.

A propósito, vêm a calhar, sobre essa luta de classes, os versos de Lupicínio Rodrigues, imortalizados na voz de Caco Velho:

**“Quem aparta briga de gato  
é quem sai mais arranhado.”**

Mas com a vitória dos mais humildes e dos que lutam.

Mas a luta contra a anistia é centenária. Muitos sempre foram contra e continuam contra.

Há alguns anos, no dia da Consciência Negra, quando o Presidente da República inaugurou nesta cidade uma estátua do marinheiro João Cândido, recentemente também anistiado, o Centro de Comunicação Social da Marinha deu nota afirmando que nada tinha a opor à colocação da estátua, mas que “não via heroísmo naquele movimento”.

Novamente, as autoridades da Marinha de Guerra ostensivamente deixaram de comparecer ao lançamento pelo Presidente da República de um navio petroleiro fabricado em estaleiro nacional e que recebeu o nome do Almirante Negro – João Cândido.

Aquele movimento é, claro, a Revolta da Chibata ocorrida em 1910. Revolta dos marinheiros contra os castigos físicos e torturas que lhes eram aplicados por oficiais da Marinha.

“Os marinheiros eram amarrados em um ferro que havia na cobertura dos navios e castigados brutalmente num espetáculo público para toda a tripulação, nus da cintura para cima. Quando não eram utilizadas as varas de marmelo, os oficiais utilizavam uma corda de barca, colocando frequentemente agulhas e pregos, preguinhos pequenos cobertos na ponta.”, como descreveu o historiador Paulo Sérgio Pinheiro, no Estadão de 30/11/08.

O que cabe, sim, é lembrar da tortura, é falar da tortura que foi institucionalmente aplicada durante a ditadura, para que não mais volte a existir.

É a **Campanha pela Memória e pela Verdade da OAB/RJ** para jogar luz nos arquivos da ditadura.

A tortura foi norma de governo.

E assim a tortura foi aplicada. Como sistema, como método, como norma. É bom que se diga: nunca como exceção, como erro de um subordinado. Foi parte do exercício do poder, foi a decorrência natural da violência instalada no poder, foi a última expressão da doutrina de segurança nacional.

Em depoimento prestado na Comissão Especial da Lei de Anistia, na Câmara Federal, o tenente José Vargas, codinome Chico Dólar, confessou os atos de tortura praticados por ele e outros militares do Exército em prisioneiros da Guerrilha do Araguaia. Contou que corpos de guerrilheiros tinham cabeças e mãos decepadas para dificultar a identificação. E ainda afirmou com toda segurança:

**“Um deles eu coloquei nu em um pau de arara, lambuzado de açúcar, bem em cima do formigueiro.”**

E disse mais:

**“Era difícil carregar corpos na selva. O que se fazia era cortar a cabeça e mãos. Alguns a gente deixava mesmo para os bichos comerem.”**

E ainda completou dizendo que a ordem vinha dos superiores, mas não deu nomes.

Por tudo isso, os advogados nascidos e criados nesta casa continuam prontos para novas lutas contra os superiores, empunhando a Comenda da Resistência Cidadã.